



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO II - Nº 41 - 2ª Quinzena de novembro de 1992 - Cr\$ 1.500,00

## III Congresso da T.POR

Em fins de janeiro estaremos realizando o III Congresso pela construção do Partido Operário Revolucionário. A diferença deste congresso em relação aos anteriores está em que nos esforçamos para dar um passo à frente na elaboração das bases programáticas, que sejam fruto do conhecimento da realidade do Brasil, inserido no contexto internacional do capitalismo.

Neste número do Jornal Massas, dedicamos um resumo de um dos pontos fundamentais, que é a caracterização do Brasil como país capitalista de economia atrasada e semicolonial, determinado pela lei geral do desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção burguês. É através desta caracterização que

atestamos a existência de tarefas democráticas não cumpridas pelo capitalismo semicolonial, como a independência nacional, a reforma agrária, a erradicação dos desequilíbrios regionais, o desenvolvimento homogêneo e harmônico entre a cidade e o campo e o fim da miséria crônica, própria do sistema de exploração do trabalho. É através dela também que compreendemos programaticamente a combinação necessária da solução de tais tarefas democráticas pendentes com as transformações socialistas, que virão da revolução proletária.

Chamamos os trabalhadores a participarem ativamente do processo congressual pela estruturação do Partido Operário Revolucionário.

## Pela construção da Frente Revolucionária Antiimperialista

Um dos problemas centrais da crise brasileira se deve ao avanço da opressão imperialista, que se materializa na política neoliberal de desestatização, abertura de mercado, pagamento da dívida externa, aumento dos impostos sobre os trabalhadores, recessão, desemprego e confisco salarial. Isto exige uma resposta operária, anticapitalista e antiimperialista.

A Convergência Socialista e outros agrupamentos têm chamado à constituição de uma Frente Revolucionária de Esquerda, para se construir um novo partido.

Dizemos que uma Frente composta de tendências de diferentes orientações não pode dar lugar a um Partido Revolucionário, porque não tem como elaborar um programa de tomada do poder pelas massas.

Ao contrário de tal Frente, defendemos a constituição de uma Frente de ação de massa, com o objetivo de opor os trabalhadores aos capitalistas internos e externos. Chamamos as correntes que se reivindicam do movimento operário a porem em pé a Frente Revolucionária Antiimperialista.

## Itamar mantém e aprofunda a política de do corrupto Collor!

## Abaixo o governo antinacional e antipopular !



## III Congresso da T.POR

Um dos pontos básicos da Resolução Programática do III Congresso, a ser realizado em fins de janeiro, é sobre a caracterização do Brasil como país capitalista semicolonial. Através da formação e desenvolvimento histórico do capitalismo atrasado brasileiro, submetido à lei do desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista mundial, demonstramos a impossibilidade da burguesia solucionar o atraso, e a necessidade da revolução proletária.

Não basta caracterizar de país capitalista, ou seja, que seu modo de produção dominante se baseia na exploração assalariada, na concentração da propriedade dos meios de produção nas mãos da burguesia e na acumulação de capital. É necessário distingui-lo dos países capitalistas mundialmente dominantes, que são imperialistas.

A realidade mostra que o mundo está dividido em um punhado de nações altamente desenvolvidas e numa vasta quantidade de nações economicamente atrasadas. O Brasil, com todo o seu desenvolvimento industrial, não logrou superar sua condição de atraso. Na atualidade, continua a arrastar formas pré-capitalistas de produção implantadas de fora para dentro pela colonização portuguesa. O latifúndio arcaico e improdutivo expressa tal herança, que se constitui num tremendo obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

A Resolução demonstra que o Brasil foi incorporado na constituição do mercado mundial inicialmente na forma de colônia e em seguida na de semicolônia, refletindo o fenômeno universal do capitalismo internacional, que forma uma unidade desigual e combinada de nações dominantes adiantadas e nações dominadas atrasadas.

Na divisão internacional do trabalho, o capitalismo cria uma interdependência insolúvel entre os países altamente industrializados e possuidores da maior parte da acumulação de capital e os países fornecedores de ma-

térias-primas, de mão de obra barata, de mercado e carentes de capitais. O desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil se deu sob essa rígida interdependência, a tal ponto que o máximo que pôde alcançar foi sua passagem de colônia para semicolônia.

A lei do desenvolvimento desigual e combinado se manifesta de maneira particular nos países semicolonias. Em nosso caso, a colonização determinou a existência de áreas utilizadas para os interesses mercantilistas metropolitanos de acordo com as exigências do mercado mundial e relegou o conjunto do país ao mais profundo atraso. A Independência do país e sua evolução capitalista não superou a estrutura combinada do atraso e do avanço das forças produtivas concentradas em determinadas regiões e áreas.

A sua industrialização tardia esteve condicionada pelo domínio imperialista do mercado mundial, a ponto de limitar o extraordinário potencial da formação do mercado nacional. Ao mesmo tempo que desenvolveu em grande magnitude a região sudeste, manteve no atraso o restante do país. Não é por acaso que se costuma dizer que o Brasil é uma Bélgica e uma Índia, a mais avançada técnica de produção industrial e a mais arcaica forma pré-capitalista de produção agrária. A maioria nacional trabalhadora sustenta com sua miséria tal economia, que a mantém em condições semibárbaras.

Como vemos, a interdependência entre países oprimidos e opressores é uma condição de formação histórica do modo mundial de produção capitalista e, portanto, de sua própria existência. A lei econômica e histórica do desenvolvimento desigual e combinado é intrínseca à forma capitalista de produção. Uma das leis essenciais do capitalismo é o da exploração e acumulação de capital. Isto se dá ao nível da exploração da força de trabalho do proletariado e do saque das potências imperialistas sobre as semicolônias. Eis porque, uma

vez conformado como sistema mundial, torna-se impossível que as nações semicolonias deixem de ser fonte de exploração do imperialismo nos marcos do regime capitalista. Uma vez que o Brasil está submetido à unidade maior das forças produtivas mundiais controladas pelo imperialismo não pode se livrar das crises desintegradoras do capitalismo internacional. A sua economia mantida no atraso se vê obrigada a retroceder frente à crise estrutural de superprodução, como a que o mundo atravessa atualmente.

O objetivo do Partido Revolucionário é transformar esta realidade adversa à vida da maioria trabalhadora. Para isso está obrigado a conhecer a fundo as leis gerais do capitalismo e suas expressões concretas manifestadas no país. A conclusão da impossibilidade do Brasil romper com o atraso e com sua condição de país oprimido no âmbito do capitalismo é de ordem histórica. O que quer dizer que somente a revolução proletária pode resolver tal contradição, que inviabiliza o livre desenvolvimento das forças produtivas e a erradicação da miséria das massas.

A particularidade de país semicolonial coloca tarefas também particulares para a revolução. Grandes problemas nacionais (como o da independência do Brasil frente ao imperialismo, as transformações agrárias, o desenvolvimento homogêneo das forças produtivas internas, fim dos desequilíbrios regionais, erradicação do desemprego crônico e eliminação da miséria) dependem para sua solução da destruição da hegemonia da classe dirigente burguesa no Estado, através de sua derrubada revolucionária pelo proletariado, apoiado na maioria oprimida, e expropriação dos meios de produção capitalista, que serão transformados em socialistas.

Estes pontos aqui sintetizados fazem parte de uma análise programática mais geral da Resolução. Chamamos os trabalhadores a participarem desta formulação coletiva do III Congresso da T.POR:

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS**  
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO  
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA  
CAIXA POSTAL Nº 575 - AG. CENTRAL - RECIFE - PE - CEP 50001



## Abaixo o governo continuísta de Itamar !

A substituição de Collor por Itamar através do impeachment pressupunha a formação de um governo de unidade nacional que atuasse prontamente sobre a crise econômica e brecasse a instabilidade política. O resultado é que o tempo passa e Itamar se encontra semiparalisado, dado que seu objetivo número um é o de aumentar drasticamente impostos, o que divide a burguesia e, fatalmente, o Congresso Nacional.

O aumento da carga tributária em 15 bilhões de dólares ocorre numa situação recessiva e hiperinflacionária. O que significa aprofundar a retração econômica e incentivar a escalada dos preços. De forma geral, o aumento dos impostos recairá sobre as massas. Não só pelo fato da taxação das contas bancárias atingir os assalariados mas também pelo fato da maioria dos impostos ser repassada para o preço das mercadorias.

Os salários já estão esmagados pela inflação, que se constitui num mecanismo defensivo dos capitalistas para se defenderem da crise e mesmo aumentarem a taxa de lucratividade. Elevar a inflação e reduzir ainda mais o poder de compra dos trabalhadores significa ampliar a recessão, a quebra de indústrias, comércio e o desemprego, que já se tornou uma calamidade sob o governo Collor. Nesse sentido, a burguesia está temerosa, porque, se uma parcela poderosa do capital ganha, outra se quebra. Enquanto os banqueiros continuam protegidos, faturando alto com a inflação, setores industriais e agrários estão sujeitos à transferência de riqueza.

Para os assalariados, o fato dos tubarões burgueses se comerem entre si não tem importância. O problema está em que dividem entre si as riquezas produzidas pelos operários, enquanto que parte de seus vencimentos miseráveis são confiscados, aumentando a fome no país. O violento preço da cesta básica, transporte, moradia e outros itens básicos continua a atingir duramente a família trabalhadora.

A reforma tributária objetiva aumentar a arrecadação para resolver a falência financeira do Estado, fruto justamente da fabulosa dívida externa e interna, que favorecem o imperialismo e os magnatas nacionais. A tremenda agiotagem capitalista recai com todo seu peso sobre a economia nacional e atinge as massas empobrecidas.

O impasse do governo Itamar está justamente no fato de que não lhe sobra outra saída senão entuchar imposto. As privatizações ao contrário da propaganda de Collor, não aliviaram minimamente a quebra financeira do Estado. Apenas favoreceram determinados grupos capitalistas. Eis porque as negociatas na cúpula do governo se encontram avançadas.

O Ministro do Trabalho, Walter Barelli,

indicado por Lula, tem se empenhado na linha de primeiro aprovar o projeto tributário, para só em seguida modificar a lei salarial. Os primeiros ensaios de discussão de mudança do valor do salário mínimo já demonstraram que o governo capitalista não pode fazer nada para melhorar minimamente a vida dos operários.

A semiparalisação do governo, entretanto, não se deve à luta dos trabalhadores, uma vez que a direção da CUT, CGT e Força Sindical, têm evitado qualquer ação unitária das massas contra o desemprego e a fome. Depois do movimento burguês pró-impeachment, que se sobrepôs às necessidades dos assalariados, sobrevieram as eleições municipais, que também serviram para distrair a população oprimida dos reais problemas.

Entretanto, as tendências explosivas estão se gestando em todo país, dada a insuportável desagregação social. A burguesia, no parlamento, acabará por chegar a um acordo sobre as reformas antipopulares e pró-imperialistas, ainda que não resolva suas divergências frente à quebra econômi-

ca. O problema para as massas está em como reagir a mais uma ofensiva contra suas vidas. Terão de romper com a burocracia sindical cutista, cegetista, forcista e sair em unitariamente às ruas contra o governo continuísta de Itamar.

Por isso é importante a bandeira de que as Centrais rompam com a colaboração de classe, rompam com o apoio ao governo Itamar. Que rechacem descarregar mais impostos sobre os explorados. Que a burguesia pague pela crise e não os trabalhadores. Que se lance a campanha nacional de luta por nenhum imposto sobre as massas, pelo salário mínimo real, pela escala móvel de reajuste salarial, fim das demissões, emprego a todos através da escala móvel das horas de trabalho, não pagamento da dívida externa e interna, fim das desestatizações e desnacionalização.

A luta a fundo por essas reivindicações levará o operariado a compreender a necessidade de lutar por um governo operário e camponês, como solução revolucionária para a crise capitalista.

### Como lutar contra o desemprego

O crescimento do desemprego é catastrófico. Uma parcela dos operários empregados perde diariamente o seu posto de trabalho e a nova geração pronta para trabalhar não encontra vaga.

Durante o governo de Collor, somente a indústria paulista demitiu cerca de 500 mil trabalhadores. A nível do país, de janeiro a agosto, houve uma queda acumulada de 6,5%. Com relação a agosto de 1991, em agosto de 1992 foram eliminados 14,8% de postos de trabalho na indústria do Rio de Janeiro. Na região metropolitana de Porto Alegre, em setembro, o desemprego subiu para 14,3%. No Distrito Federal, o desemprego, neste mesmo mês, cresceu para 16,1%. Segundo os dados, a população ativa desta região cresceu mais 2.400, sendo que destes 1700 não encontram emprego.

Fábricas inteiras são fechadas, como é o caso da Cica de Presidente Prudente, interior de SP, que após um funcionamento de 20 anos cerra suas portas e demite os 300 operários que restavam, dos 1000 existentes na década de 80. A Volkswagen de São Bernardo do Campo promete demitir 2000, devido à terciarização.

Esta pequena descrição do quadro

de desemprego crescente comprova que a crise econômica capitalista recai inteiramente sobre as costas dos trabalhadores. Os baixos salários já são uma violência originada da superexploração da força de trabalho, mas o desemprego é a violência maior porque priva os assalariados da sua única fonte de existência. Superexploração do trabalho e desemprego são as medalhas do regime capitalista em decomposição. A burocracia sindical fecha os olhos para esta realidade e bloqueia os sindicatos como instrumentos de defesa dos oprimidos. É isto que permite ao governo e aos patrões praticarem todo tipo de arbitrariedade contra a vida da família trabalhadora.

Ao contrário do que afirma a burocracia sindical, que na situação de recessão, a única coisa a se fazer é realizar acordos para limitar as demissões e para obter indenizações para os demitidos, a saída está em convocar as assembleias, e planejar as ocupações generalizadas de fábricas, assentando as bases do controle operário da produção. Somente uma ofensiva ampla e coletiva contra a propriedade dos meios de produção poderá barrar as demissões e defender a integridade da classe operária.



## Reforma no Estado

### Que posição a classe operária deverá tomar?

O governo Itamar considera necessário manter o objetivo traçado por Collor de se realizar uma reforma política no Estado. Esta abrangeria a Lei Orgânica dos partidos e a estrutura do regime político. Quanto à questão partidária, pretende-se tornar mais rígido o direito de existência dos partidos, como por exemplo extinguir aqueles que não alcancem quórum de votação mínimo, implantar o voto distrital, que obriga à representação regional, impor a obrigatoriedade da fidelidade partidária aos parlamentares, uma vez que existe total liberdade para que votem no Congresso contra seus próprios partidos, etc.

Em relação ao regime político, se coloca a substituição do presidencialismo pelo parlamentarismo, atribuindo-se maiores poderes ao Congresso e ao 1º Ministro indicado por ele. Como se vê, ambas as reformas estão interligadas.

Um dos argumentos centrais dos parlamentaristas é de que se faz necessária a existência de poderosos partidos nacionais. Desta forma, se arquiteta reduzir o espectro de representação a três ou quatro partidos. Imagina-se assim pôr fim ao fisiologismo, ao clientelismo estatal e à depravada corrupção política. Sem dúvida, trata-se de ilusionismo burguês, uma vez que tais características são inerentes ao Estado oligárquico e à sua função de aparelho de negociata dos interesses interburgueses. Uma representação poderosa de partidos populares é inviável, pois o Estado se assenta sobre uma basta e explosiva massa de miseráveis, que não vê solução para sua situação catastrófica no Parlamento. Por outro lado, é dirigido por frações oligárquicas da classe dominante, que refletem profundos desequilíbrios regionais do Brasil semicolonial. E ainda não se pode desconhecer o peso do imperialismo na condução dos governos.

A opressão nacional é um fator de divisão interna e bloqueio do desenvolvimento amplo das forças produtivas, necessário para a estabilidade de qualquer regime democrático. Por sua vez, a introdução do parlamentarismo visa equilibrar os poderes legislativo e executivo, que no presidencialismo o governo central tem poderes imperiais. Entretanto, o que se tem verificado é que o grande problema do governo Collor foi o de poder impor ao Congresso Planos violentos num primeiro momento de seu governo e, em seguida, com os efeitos contudentes da crise já não ter mais como controlar o legislativo, criando uma situação de confronto no Estado e de desestabilização da ação governamental.

Como no regime parlamentarista o 1.º Ministro sai do partido majoritário e de alianças partidárias, imagina-se poder resolver o choque de poderes. Desconhece-se o fato de que a centralização autoritária do Estado é uma condição histórica do país capitalista atrasado que não resolveu plenamente a unidade nacional e que se desenvolveu às custas da criação de um mar de miséria. Ignora-se que a instabilidade política não se deve à forma do regime democrático, mas sim às bases econômicas em decomposição, ao atraso das forças

produtivas, à pobreza crônica em crescimento, à tremenda opressão imperialista e o aguçamento da luta de classes.

Não será o ajustamento formal das esferas estatais que estabilizará o país e encontrará a saída para a crise estrutural capitalista, que é de ordem internacional. A disputa pela manutenção do presidencialismo e pela mudança parlamentarista se dá no âmbito dos burgueses, nada tendo a ver com as necessidades das massas. O equilíbrio intercapitalista é necessário para que os exploradores tenham maior unidade para desarregar a crise sobre os explorados.

As chamadas reformas democráticas não vêm como produto do desenvolvimento progressivo da economia e da vida dos assalariados. Ao contrário, são tentativas da burguesia resolver seus atritos, canalizando-os de forma a não fraturar o Estado, de onde se assegura a sua ditadura de classe sobre a maioria nacional.

A democracia capitalista é um instrumento político de aperfeiçoamento da exploração econômica e opressão de classe. De qualquer forma, independentes das intensões dos reformistas, democratizantes e da burocracia sindical, que acenam com o parlamentarismo como via de melhoria da relação capital-trabalho. É inviável a implantação de um poderoso regime democrático estável, funcionando sob a base de partidos de representação popular. Nesse sentido, é uma fraude e uma armadilha dos reformistas que conclamam os trabalhadores a apoiarem o parlamentarismo porque é mais democrático.

Em relação à reformulação partidária, defendemos a total liberdade de organização e expressão. Contrapomo-nos à qualquer interferência do Estado na vida dos partidos. A verdadeira liberdade democrática pressupõe o direito irrestrito de construção dos partidos com seus programas. O partido revolucionário só pode ser controlado pelo proletariado, que, por ser a classe revolucionária, objetiva o programa da revolução socialista. Somente aqueles que constroem o partido podem definir sua linha política, seus estatutos e sua conduta.

Os partidos burgueses são parte do Estado, por isso são eles mesmos que regulamentam seu funcionamento através de leis; o partido revolucionário é totalmente independente e objetiva destruir o Estado capitalista, por isso, as leis partidárias sempre se voltam contra seu desenvolvimento.

Quanto ao parlamentarismo e ao presidencialismo, respondemos que a classe operária não deve se submeter a nenhuma destas formas de democracia burguesa. Sua política distingue a defesa das reivindicações democráticas no interior do capitalismo do regime democrático burguês de opressão estatal. A nossa luta não é para aperfeiçoar a democracia mutilada do Brasil semicolonial e sim para conquistar o poder político através da revolução, através da qual se abolirá o Estado burguês a favor do Estado Operário e implantará o governo operário e camponês.

---

**Pelo Salário Mínimo de 3 milhões e meio de cruzeiros !**



## Reforma Tributária

### Quem pagará as contas?

O governo Itamar está mesmo disposto a aprovar no Congresso a reforma fiscal imposta pelo acordo fechado pelo governo Collor com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Trata-se de um aumento geral de impostos, que aumentará a carga tributária de 4 a 5 % do Produto Interno Bruto (PIB). A proposta inclui a criação de novos impostos, como o Imposto sobre Movimentação Financeira, Imposto Seletivo, Contribuição sobre Valor Agregado e Imposto sobre Ativos.

O Imposto sobre Movimentação Financeira será de 0,3% e atingirá todas as operações financeiras, incluindo créditos de salários nas contas correntes e poupança. O Imposto Seletivo será o substituto do IPI, atingindo combustíveis, bebidas, cigarros, veículos e tarifas de energia elétrica e telecomunicações. O imposto sobre Valor Agregado terá uma alíquota de até 10%, sobre o capital ou sobre o faturamento. O Imposto sobre Ativos incidirá sobre o patrimônio líquido das empresas.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria da Alimentação, Edmundo Klotz, afirma que "Não há dúvida de quem vai pagar mais será o consumidor". Ou seja, já adiantou que o aumento de impostos não será assimilado pelas empresas, que o repassará aos produtos, aumentando os preços. As empresas já traçaram passos para contornar o aumento da carga tributária, com operações que vão desde o movimento de contas no exterior (Uruguai, por exemplo), centralização de caixa, fusão ou supressão de subsidiárias, venda de ativos, etc.

Além disso, a própria Receita Federal comprova que os maiores sonegadores de impostos são as empresas de construção civil, vestuário, calçados e bebidas, os supermercados e as distribuidoras de veículos. Nada indica que esse quadro se alterará com a reforma.

A proposta de reforma fiscal pretende aumentar a arrecadação do governo em mais de 15 bilhões de dólares (150 trilhões de cruzeiros), aumentando impostos e estendendo a carga tributária a um número maior de assalariados, beneficiando ainda mais os grandes capitalistas.

E quem se dispôs a defender a proposta de reforma fiscal junto a sindicalistas e empresários? Foram os ministros da Fazenda, Gustavo Krause, do Planejamento, Paulo Haddad (PSB), do Trabalho, Walter Borelli (ex-diretor do Dieese) indicado pelo PT, da Previdência, Antônio Brito (PMDB) e da Indústria e Comércio, Andrade Vieira.

O governo Itamar segue implantando a política antinacional e antipopular de Collor, e agora conta com o apoio dos reformistas que posaram no passado de nacionalistas, mas hoje são agentes de uma política ditada pelo FMI.

A CUT e as organizações populares e estudantis não podem apoiar o aumento da sangria nacional defendido pelo governo continuísta para saldar o apetite dos parasitas internacionais. Os capitalistas que arquem com os impostos e com os custos da crise e da Dívida! Nenhum imposto aos assalariados!

## Onde está a ética da política burguesa?

Os escândalos de corrupção voltaram às primeiras páginas dos jornais. A CPI da privatização da VASP encontrou uma série de indícios que apontam que a venda da estatal não passou de um negócio entre amigos: no caso, o presidente do PMDB Orestes Quéricia, seu amigo José Nunes Lopes (Zé Português) e PC Farias, entre outros. A ligação está em operações financeiras de milhões de dólares, feitas às vésperas da privatização, como a compra de um cheque administrativo equivalente a 4 milhões de dólares por Zé Português, depositado na empresa de táxi aéreo de Wagner Canhedo, comprador da VASP; ou o empréstimo de 15 milhões de dólares feito à Viplan, empresa de ônibus de Canhedo, pela Shell via Banco Central; ou ainda os depósitos feitos pelo esquema PC Farias à mesma Viplan de Canhedo. Os dados indicam que os novos donos da VASP são PC Farias e o próprio grupo de Quéricia.

Os governos do PMDB (Quéricia e Fleury) também estão envolvidos em compras superfaturadas de equipamentos importados, como os utilizados pela Cesp nas hidrelétricas de Canoas 1 e 2, que deram ao Estado um prejuízo de 274 bilhões de cruzeiros, ou a compra no exterior de material para a USP no valor de 70 milhões de dólares, material que existe no mercado nacional por preços inferiores, ou mesmo os rádios para a PM (105,8 milhões de dólares), nas mesmas condições.

O rombo no Metrô Paulista é ainda maior: seria possível construir 2 túneis sob o Canal da Mancha (ligando a Inglaterra à Europa) com o dinheiro gasto no ramal Paulista.

Com escândalos de corrupção aparecendo todos os dias a seu respeito, Quéricia ainda conseguiu se safar através de um acordo com os partidos que apoiaram o candidato Paulo Maluf à Prefeitura de São Paulo: o acordo inicialmente livrou Quéricia da investigação da CPI, contando para isso com os votos desses partidos, e o PMDB ficaria numa posição neutra ou "favorável enrustida" de apoio a Maluf em São Paulo.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PTB) afirmou: "Para nós é mais importante a vitória de Maluf em São Paulo que a CPI contra o Quéricia".

A troca de interesses anistiou um corrupto e favoreceu eleitoralmente o outro.

Ao contrário da propaganda burguesa, a ética é algo que passa longe da prática burguesa, seja no parlamento ou em qualquer outro lugar. Os interesses fisiológicos e a corrupção política e econômica são a regra, não a exceção na democracia burguesa.

### Aonde foi parar o dirigente do PPS

#### Freire: o estalinista no governo pró-imperialista

O deputado Roberto Freire, do PPS (ex-PCB) foi indicado líder do governo Itamar na Câmara Federal. O estalinista aceitou a indicação, afirmando que se tratava de uma questão de responsabilidade, já que seu partido ajudou a destituir Collor e era responsável pelo novo governo, assim como outros partidos como o PT, PSDB, PMDB, etc.

Dessa forma, Freire será o responsável pelas negociações visando aprovar os projetos do governo na Câmara. Vai tentar viabilizar as privatizações, a reforma fiscal, etc.

O estalinismo assume o papel de agente viabilizador das medidas pró-imperialistas e antipopulares da política neoliberal traçada por Collor e seguida por Itamar. Torna ainda mais justa a caracterização de corrente contra-revolucionária, pró-imperialista, quando, além de fazer parte de um governo antinacional e antipopular, assume a missão de chefiar o ataque às condições de vida das massas e à economia nacional.



## Balanço político das eleições municipais

A importância do resultado final das eleições municipais está em que configuraram um quadro de forças por onde tende a passar as alianças partidárias da burguesia, frente à grande crise político econômica do país. Os partidos democratizantes (PSDB, PDT, PSB, PT, PPS e PMDB), venceram em 20 das 27 capitais. A direita fascizante (PDS, PFL, PDC), ficou com apenas 4.

Principalmente no segundo turno, com a polarização as massas trabalhadoras foram arrastadas para apoiar este ou aquele candidato burguês ou pequeno-burguês pró-capitalista. Assinala-se o fato da inexistência de um partido operário revolucionário, organizado em nível nacional não ter permitido a expressão independente de uma fração do proletariado e do conjunto dos trabalhadores no processo eleitoral.

Ainda que se tenha configurado uma tendência de votos nulos, brancos e abstenção significativa, como resposta à podridão da política burguesa, a polarização do segundo turno demonstrou a forte presença das ilusões democráticas entre as massas. Novamente as eleições mostram ser o campo privilegiado da burguesia para alimentar esperanças nos candidatos e partidos capitalistas.

O fato de na maioria das capitais vencerem os partidos democratizantes reforça a expectativa do PT de ampliar suas alianças e constituir uma frente popular para as eleições presidenciais de 1994. É necessário destacar que o PT tem sido elogiado por uma ala da burguesia por ter comparecido nessas eleições como um dos principais responsáveis pelo oxigênio eleitoral, que quer dizer pela revitalização do eleitoralismo e das ilusões democráticas, opostas à ação revolucionária do proletariado.

Sem dúvida, o fenômeno petista emergiu como fundamental para os mecanismos da democracia burguesa e por avançar em suas características sociais democratas. No quadro geral, destaca-se também derrotas importantes como a de Brizola no Rio de Janeiro, a de Fleury e Erundina em São Paulo e Antônio Carlos Magalhães em Salvador. Demonstrem que as massas se deslocam eleitoralmente de um partido burguês para outro de acordo com as experiências realizadas. Sem o partido revolucionário não tem como se independizarem do jogo da democracia formal burguesa e de se projetarem com suas próprias forças contra o Estado e seus exploradores.

### O PT e as eleições

O PT, embora tenha sido derrotado no seu berço de nascimento (o centro fabril do ABC) e na maior capital do país (São Paulo), é considerado um dos partidos vitoriosos das eleições municipais. Isto porque ampliou sua influência política nacionalmente, ganhando em importantes cidades

como Belo Horizonte, Goiânia, Porto Alegre, Rio Branco, Londrina, Santos, Ribeirão Preto e São José dos Campos. Em algumas capitais onde perdeu dividiu o eleitorado como no Rio e em São Paulo.

Deste ponto de vista, como a sua própria direção avalia, não há o que contestar. Mas é necessário ressaltar que a derrota no ABC e em São Paulo refletiu a administração antipopular do petismo, que desmascarou a demagogia eleitoreira de resolver os problemas das massas (moradia, transporte, educação e saúde) através do Estado burguês.

O fundamental a se perguntar é com que política o PT se projetou nacionalmente. Atuou se diferenciando dos partidos burgueses? A resposta é não. O partido se colocou totalmente no âmbito do eleitoralismo e da arregimentação demagógica das massas. Em São Paulo, foco de sua orientação política, a propaganda eleitoral se caracterizou por apelos sentimentalistas e pela farsa pequeno-burguesa da ética e honestidade, quando a ética e a honestidade mais perfeita de qualquer governo no capitalismo é a da exploração do trabalho, da acumulação de capital, do enriquecimento da minoria e miséria da maioria.

Justamente em meio às eleições o PT e seu candidato simplesmente se omitiram de condenar o governador Fleury pelo assassinato dos presos da Casa de Detenção. Como vemos, a ética e a honestidade estiveram condicionadas pelo apoio do totalitário Fleury.

Na tentativa desesperada de carrear votos, o dirigente José Dirceu chegou ao ponto de procurar a Força Sindical, na figura de seu representante Medeiros, para lhe propor uma aliança. O conhecido burocrata reacionário foi considerado um possível aliado. No dia seguinte, a resposta foi fulminante: Medeiros denunciou o propósito do PT e declarou seu apoio a Maluf.

No mesmo sentido, foi formada a Frente Democrática, tendo à sua cabeça a velha raposa da democracia cristã Franco Montoro. A partir daí o eleitorado passou a ser chamado a votar não no PT, mas no candidato da Frente Democrática Suplicy, que a todo instante frisou que se eleito constituiria um governo de ampla coalizão. Em Salvador se colocou por detrás da candidatura do PSDB.

Todas estas características mostram que o avanço eleitoral do PT é parte da constituição da Frente burguesa e de sua total integração no Estado capitalista. Está em total contradição com a necessidade da classe operária e da maioria nacional oprimida de travar a luta independente contra o sistema econômico burguês em desintegração e contra a opressão social exercida pela ditadura de classe dos exploradores. Esta experiência reforça nossa conclusão da necessidade de combater a política socialde-

mocrata do PT e trabalhar intensamente pela construção do Partido Operário Revolucionário.

### Como enfrentar Maluf?

Os petistas têm argumentado que a vitória de Maluf representa a rearticulação da direita. O que é real. Entretanto, omitem o fato de que a responsabilidade da ascensão do malufismo está na política dos partidos democratizantes, como a do próprio PT, que são incapazes de resolver a crise capitalista e sequer amenizar minimamente a miséria dos trabalhadores.

Uma vez no poder, fazem a política antipopular e de favorecimento dos grupos econômicos, haja vista o acordo com os empresários dos transportes e das empreiteiras feito por Erundina e a repressão aos movimentos grevistas. Por outro lado, não é com demagogia eleitoral que se combaterá as tendências fascizantes da burguesia e da camada enriquecida da pequena burguesia.

Quando o PT se propõe reformar o capitalismo decadente, torna-se responsável, em última instância, pela possibilidade de revitalização da reação, isto porque é inviável reformas graduais e progressistas num regime em decomposição. É do fracasso da política reformista que se desenvolve as posições fascizantes da burguesia. Não faltam exemplos históricos, como Salvador Allende no Chile, o sandinismo na Nicarágua; a social-democracia na Alemanha e na Espanha de Hitler e Franco.

O esmagamento da reação burguesa só poderá ser fruto da organização independente do proletariado e da potenciação de sua capacidade revolucionária de ação de massa. O PT se contrapõe terminantemente a cumprir tal tarefa. Combate a via da revolução proletária e fortalece uma das alas da burguesia. Por isso, o temor da articulação da direita não diz respeito à violência reacionária que esta exercerá no ápice da crise contra o proletariado e suas organizações revolucionárias, mas sim a perda de terreno da fração burguesa democratizante no poder do Estado.

A Tendência pelo Partido Operário Revolucionário defendeu o voto nulo por considerar que não há um perigo iminente do fascismo e pelo fato do PT representar nas eleições a política contra-revolucionária da socialdemocracia. Chama a militância de base petista a refletir sobre essa caracterização e a lutar contra o direitista Maluf com as armas próprias do proletariado, que são as greves, ocupações, manifestações de rua e organização massiva dos trabalhadores nos sindicatos, CUT, movimentos populares e comitês contra a repressão política. Nesse sentido, defende a formação de uma frente anticapitalista e antiimperialista, que coloque a classe operária como a força motriz do processo político.



## Um documentário alemão sobre as lutas pela moradia em São Paulo

Em fins de dezembro de 1990 e início de janeiro de 1991 o documentarista alemão Helmut Dietrich, de Berlim, realizava um documentário sobre a moradia e migração em São Paulo. Justamente neste momento se deu o violento despejo militar dos ocupantes da Vila Socialista, que provocou duas mortes e mutilações físicas. Helmut pôde constatar através de suas câmaras o totalitarismo do Estado burguês frente as necessidades mais prementes das massas trabalhadoras, como o caso da luta pela moradia. Pôde também entrevistar no hospital Manoel Boni, participante da ocupação da Vila Socialista e militante do Partido Operário Revolucionário, que teve uma de suas mãos decepadas e por pouco não foi assassinado pelos militares.

Neste momento o Jornal Massas recebeu uma carta de Helmut comunicando a divulgação na Alemanha do vídeo "Trem para São Paulo" (um documentário sobre a migração e as lutas pela moradia). Na carta diz: "Caro Manoel Boni, estive de a janeiro de 1991 em São Paulo rodando um filme sobre moradia e migração. Naqueles dias

houve o desalojamento da Vila Socialista. As imagens da televisão entraram no filme documentário. Não sei se você se lembra, estive naqueles dias também no hospital e pude fazer uma entrevista com você. Esta entrevista como também cenas da manifestação, etc entraram também no filme". Em seguida, Helmut diz que também tem uma versão em português e que na primeira semana de dezembro deste ano estará aqui em SP e que gostaria de se entrevistar com os participantes da Vila Socialista.

O documentarista alemão pretende divulgar o vídeo no Brasil e fazer debates. Diz: "se vocês têm interesse, posso falar também, sobre o racismo atual na Alemanha, sobre a situação econômica e social na ex-RDA e sobre outros temas. A T.POR considera uma iniciativa muito importante de Helmut em defesa dos movimentos dos trabalhadores e denúncia da selvageria capitalista. Desta forma, juntamente com o Comitê contra as Prisões Políticas prepara um ciclo de palestras debates que apresentamos logo abaixo.

Ciclo de palestra-debate em comemoração aos 2 anos de despejo violento pela polícia militar de SP dos ocupantes da Vila Socialista

3/12- quinta feira, às 19 horas: Abertura da Semana com uma palestra debate da moradia urbana

4/12- sexta-feira- às 19 horas palestra debate sobre a situação carcerária e judiciária no Brasil

5/12- sábado- às 19 horas- A repressão militar aos movimentos e a problemática da moradia urbana

6/12- domingo- 16 horas- Conferência sobre os problemas internacionais. Especificamente sobre a Alemanha com a participação do companheiro Helmut

11/12- sexta-feira- às 19 horas - Encerramento com um debate sobre a conjuntura mundial e nacional, com a participação de todos os agrupamentos políticos

Participe das atividades do Comitê de Diadema contra as condenações políticas.

## Libertação imediata dos companheiros Joel de Oliveira (Anhambai-MS), Ivanete Tonin (Dourados-MS) e Davi Pereira da Silva (Presidente Epitácio-SP).

A justiça burguesa mais uma vez condena à prisão os trabalhadores que lutam pela terra. Coloca na cadeia aqueles que têm resistido heroicamente ao empobrecimento e à mutilação das condições elementares de vida da maioria oprimida.

No campo os agricultores pobres são expulsos das terras e nas cidades não têm como morar. A ocupação é o meio de defesa legítimo contra a opressão burguesa. Os governos não tem como solucionar o problema da terra e da miséria. Desta forma, respondem aos reclamos dos camponeses e operários com a repressão policial, com as

prisões, perseguições e inclusive assassinações. A violência estatal expressa o aguçamento da luta de classes no país. Os trabalhadores devem responder à ela organizando os comitês de auto-defesa em todos os cantos do país, de forma a se constituir uma rede de resistência à violência reacionária da burguesia.

Conclamamos a todos os movimentos a defenderem os companheiros perseguidos. Nada de prisão! Pela libertação dos presos políticos! Terra aos camponeses pobres! Moradia aos sem-teto!

## Num país de doentes, o remédio vale ouro

A violenta alta dos preços dos remédios acima da inflação torna-os impeditivos para a maioria da população, justamente a que mais precisa de medicamentos.

A discussão do governo Itamar com os empresários da indústria farmacêutica revelou alguns segredos de grande interesse para os trabalhadores. Os 16 laboratórios estatais estão com uma capacidade ociosa de produção de 80%. Enquanto isso a Central de Medicamentos do Ministério da Saúde (Cemi) compra uma fábula de remédios dos laboratórios privados a preço de ouro. Estima-se que caso o governo federal utilizasse plenamente a capacidade de seus laboratórios poderia reduzir em 70% os preços dos medicamentos básicos.

Por outro lado, os remédios adquiridos pela CEMI na rede privada poderiam custar de 66% a 223% menos se fossem adquiridos na rede oficial (Estado de São Paulo). Segundo o diretor do Laboratório Farmacêutico do Rio Grande do Sul, Luiz Roberto Klassmann, "A Cemi faz o jogo dos laboratórios privados. Ao mesmo tempo revela que o Estado tem condições de fabricar 90% dos 380 medicamentos dos sistema nacional de saúde".

Como podemos ver, os laboratórios privados, na sua maioria sob o controle das multinacionais estrangeiras, são favorecidos pelo Estado, podendo monopolizar o mercado de remédios e especular à vontade com os preços. Num país em que a incidência de doenças é extraordinária, devido a pobreza, os altos preços se constituem num crime contra a população.

No debate entre o governo Itamar e as multinacionais surgiu uma proposta típica dos interesses capitalistas, opostos aos da população. Ou seja, estabelecer um ticket para a aquisição dos medicamentos pelos assalariados e uma cesta básica de remédios. Caberia aos governo comprar diretamente dos laboratórios e enviar às farmácias, que entregariam aos trabalhadores mediante uma receita assinada por um médico do Sistema Unificado de Saúde (SUS). Assim, as multinacionais continuariam a faturar alto.

Ao contrário desta farsa de tickets e cesta básica, muito bem conhecida no que se refere aos alimentos, cabe à CUT e aos sindicatos questionarem a ociosidade dos laboratórios estatais e defenderem a total estatização da indústria farmacêutica, mediante a expropriação sem indenização. Certamente, esta é uma tarefa que não será realizada por nenhum governo capitalista. Tal reivindicação serve de ponto de apoio para a classe operária revelar a incapacidade do Estado burguês de resolver esse crucial problema e lutar por um governo operário e camponês.



## A "Frente Revolucionária" Que Frente construir?

A Carta de Princípios da Frente Revolucionária de Esquerda coloca como objetivo central aglutinar as correntes, impossibilitadas de militar no PT, em torno da tarefa de construção do partido revolucionário. Desta maneira, concebe a Frente como um meio transitório de elaboração de pontos programáticos para, finalmente, se transformar em partido. Depois de redigida a Carta, o que verificamos é que as correntes que compõem a Frente não puderam chegar a acordos elementares sobre a caracterização da situação do país e sobre as bandeiras de ação.

Apareceram divididas na campanha do impeachment impulsionada pela frente burguesa. Cada corrente preencheu o conteúdo do "Fora Collor" a seu modo. A Convergência Socialista chegou a estampar a combinação do impeachment com a reivindicação de eleições gerais, com a qual não havia unidade. Diante das eleições municipais, novamente prevaleceu a cisão, particularmente em São Paulo. A Convergência Socialista se posicionou pelo voto em Suplicy e as demais correntes pelo voto nulo. Por outro lado, na situação de avanço da crise capitalista e ataque às condições de vida das massas a Frente não consegue desprender qualquer iniciativa política. Desde a sua constituição, predominou o imobilismo, não sendo capaz de dar um passo sequer de rechaço à privatização e ao brutal arrocho salarial.

Tais acontecimentos demonstram existir tremendas contradições na natureza desta frente, que impossibilita avançar no objetivo proposto. A fusão de grupos das mais diversas procedências através de uma frente não pode dar lugar à elaboração programática no sentido da organização do partido revolucionário. A tática da Frente Unica Revolucionária (FUR) da Convergência Socialista para se constituir o partido é uma aberração do oportunismo.

Antes do PT existir, os morenistas trabalharam pela formação do partido Socialista, cujo programa também seria o resultado de contribuições de fontes políticas diversas, seguindo o princípio genérico de juntar os socialistas, que englobava até mesmo políticos da burguesia, como Almino Affonso, em torno de um programa mínimo. Após sucessivas adaptações no PT, com a expulsão das correntes opositoras, se retorna a iniciativa da FUR. Tal orientação se dirige no sentido de articular um novo partido, que possa estar eleitoralmente à esquerda do PT. Um partido democratizante esquerdista, conjunturalmente, é possível sair desta Frente, mas com certeza não um partido revolucionário, que auxilie as massas a se independizar da política burguesa direitista ou democratizante e caminhar para a liquidação do capitalismo.

Eis porque perguntamos, que Frente construir? Uma frente supra-estrutural de correntes de esquerda para construir o partido? Dizemos que não. Estamos de acordo que é necessário organizar uma frente, assim como trabalhar pelo partido operário revolucionário marxista. Mas que frente? E como trabalhar pelo partido? A princípio é preciso rejeitar a tática da FUR para construir o partido, por se constituir num método oportunista para tal tarefa e por ser incapaz de responder à necessidade da ação direta.

A tática que se coloca é a da Frente Revolucionária Antiimperialista. Ou seja, uma frente de massa que responda à ofensiva do imperialismo e da política de Itamar, continuista de Collor.

O Brasil se desintegra com a crise mundial capitalista e o Estado nacional tem sido colocado a serviço dos interesses do grande capital interno e externo. O Plano de Desestatização, de abertura do mercado e de pagamento da dívida externa se combina com o aumento da superexploração dos assalariados, cujo empobrecimento e miséria atingem a barbárie.

Neste quadro, o PT se integra mais e mais à política burguesa, propondo-se coligar o mais amplamente possível com os partidos

do Estado capitalista. Desenvolve com determinação a Frente Popular de conciliação de classes e ludibria as massas com a via eleitoral. E vem burocratizando ao extremo a CUT, de acordo com a política de pacto social. Está colocado, portanto, se contrapor a este enorme aparato que impede os trabalhadores saírem nacionalmente em luta contra a agressão dos capitalistas.

As correntes que se reivindicam da política de independência de classe têm o dever de se organizar numa frente de luta de massa e de independência frente ao reformismo e aos partidos oficialistas. Nas condições de ataque à vida dos trabalhadores e de crescente opressão nacional, colocam-se as reivindicações básicas, das quais as massas partem para o combate. As bandeiras vitais, como o salário mínimo real, reposição de todas as perdas salariais, emprego a todos e terras aos trabalhadores, se ligam claramente às de cunho antiimperialista, como independência nacional, fim das desestatizações, não pagamento da dívida externa e expropriação das multinacionais. Servem de ponto de partida para a constituição de uma frente antiimperialista e anticapitalista, voltada a desenvolver uma permanente agitação junto as massas e a organizar as lutas em todas as camadas sociais. Esta é a frente que se coloca objetivamente para fortalecer o campo da ação direta e para avançar a luta programática do proletariado.

Como vemos, o objetivo não é o de transformar tal frente em partido. Entretanto, não se pode negar a grande importância que têm para a sua construção, no sentido de que permite desenvolver a luta independente da classe operária contra o capitalismo. Através dessa experiência a vanguarda se aglutina pela construção do partido, apoiando-se nas conquistas do marxismo e na tarefa de estruturação do programa da revolução proletária. Não se tratou de fundir correntes distintas em torno de pontos de consenso e formar um partido sem fronteiras estratégicas.

Por esse caminho, as correntes da frente anticapitalista e antiimperialista também se diferenciam, revelando o conteúdo de classe de suas posições políticas. A tática frentista é um meio para os revolucionários trabalharem pela superação da divisão imposta pelos capitalistas às massas exploradas, de forma que a classe operária possa se constituir como direção da luta de classes. No interior da frente, as tendências expressarão, sob o regime da democracia operária, livremente suas posições programáticas, manifestação das várias tendências dos oprimidos, em torno das quais se travará a luta política. No fundamental, trata-se de obter a unidade dos trabalhadores em torno das reivindicações, das bandeiras políticas e da estratégia revolucionária de tomada do poder (a ditadura proletária)..

É nesse sentido que nos contrapomos à Frente de correntes, que é o princípio morenista da FUR, e pleiteamos nosso ingresso para defender a Frente Revolucionária Anticapitalista e Antiimperialista. Acreditamos importante que os militantes da Frente Revolucionária respondam a esta nossa colocação. A discussão franca do caráter e objetivo de uma Frente Revolucionária possibilita avançar a experiência em torno da construção do partido e da tática para constituirlo.

Lembramos que a T.POR foi impedida de participar das discussões constitutivas da Frente, que culminou com a elaboração da Carta de Princípios. Anteriormente, já afirmamos em Carta Aberta à Frente que se tratou de um veto programático da Convergência Socialista à nossa corrente. Eis porque consideramos necessário pleitear nosso ingresso sob base de caracterizações políticas da tática da FUR. A T. POR está preparando uma crítica programática às Carta de princípios da FUR, como foi solicitada pela comissão organizadora da Frente.



18 anos de Convergência Socialista (CS)

Uma história mal contada

O jornal nº 350 da CS comemora os 18 anos de existência. A matéria "História da Convergência Socialista é de luta pelo socialismo e pela revolução", reconhece que muitos erros foram cometidos e cita um deles, como o descuido da segurança em 1978, o que facilitou a prisão de sua direção. Porém chama a atenção o fato de não demonstrar nenhum problema de formulação programática e tática.

O artigo se resume à superficialidades cronológicas e auto-elogios. Sem dúvida uma história que pouco tem a ver com o essencial da trajetória de uma corrente que se reivindica do trotsquismo. Um balanço partidário, por mais resumido que seja, é autocrítico, pois há que se distinguir erros inevitáveis de formulações programáticas antimarxistas, que para nós continuam a caracterizar a CS.

Neste mesmo número do jornal, a CS revela sua linha centrada e oportunista em torno da sua principal formulação estratégica, que é o governo dos trabalhadores. Diz assim: "A CS se afirma em jornal marxista. Por isso luta por um governo dos trabalhadores". Em seguida, explica que a classe trabalhadora tem de compreender que "todas as conquistas são efêmeras e estão ameaçadas se não se abre a luta pelo poder. Finalmente conclui que se trata de defender um "governo de Lula". Desta forma explica: "As esperanças de milhões estão depositadas na possibilidade de que Lula chegue ao governo. Esta também é nossa vontade. Apesar de nossas diferenças com o PT, queremos lutar junto aos petistas por um governo de Lula rumo ao socialismo". Cuidadosamente, omite que Lula se transformou numa importante liderança socialdemocrata, que para escalar o poder não se envergonha de negociar com o Sr. Roberto Marinho, representante dos interesses imperialistas no Brasil. Considera que tem apenas diferenças com o PT, o que significa ter divergências de grau e não de essência estratégica e tática.

A CS com esta posição obscurece completamente o papel do PT de promotor da frente popular e da estratégia de um governo de coalizão com os partidos burgueses. Cria a ilusão da possibilidade de Lula vir a constituir um governo dos trabalhadores e lutar pelo socialismo. É na estratégia que devemos buscar o fundamental dos 18 anos de história da CS.

Esta corrente que se reivindica do trotsquismo, portanto do marxismo-leninismo,

desde sua origem sonou a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Sob a sigla genérica de socialista, em 1978 procurou criar um movimento de unificação dos socialistas para formar um Partido Socialista (PS). Esperava através de um programa mínimo e de declarações gerais unificar várias tendências, incluindo a socialdemocracia e democratizantes, a exemplo de Fernando Henrique Cardoso e Almino Alfonso. Para desenvolver esta luta, se abrigou no ventre do antigo MDB e defendeu abertamente a unidade da oposição burguesa em torno deste partido consentido pela ditadura militar. Consequentemente, fez uma tremenda apologia das chamadas candidaturas socialistas, a exemplo do pelego sindical Benedito Marçílio. Em relação ao PT, foi às últimas consequências no seguidismo oportunista. Fechou os olhos para a natureza de classe da estratégia do governo democrático e popular, que implica na estruturação de um partido eleitoral, adaptado ao Estado burguês e voltado à aliança com os chamados partidos progressistas patronais. O exitismo eleitoral e a exaltação do caudilhismo de Lula sempre esteve no âmago das posições políticas da CS.

A CS é uma das correntes de esquerda que mais cresceu nos últimos tempos, a custa de aglutinar uma militância empírica, marcada pelas manobras eleitoralistas do PT e pelo economicismo sindical. Recentemente, viu estourar uma séria crise em suas fileiras, proveniente das posições internacionais da LIT (Liga Internacional dos Trabalhadores), à qual está ligada. Na Argentina, o MAS se dividiu em várias frações, justamente devido ao exitismo eleitoral, combinado com as caracterizações esquerdistas de que a revolução era iminente em várias partes do mundo. As posições seguidistas da LIT à burocracia sindical, a exemplo das caracterizações de progressividade de Walesa da Polônia na época áurea do Solidariedade, espelha bem a linha da CS no Brasil frente ao lulismo e ao petismo.

Sinteticamente, vemos que a trajetória da CS se concentra na política parasitária de apoio às posições democratizantes, fruto da estratégia esquerdista-eleitoral do governo dos trabalhadores. Não há dúvida da importância de um balanço político da história de 18 anos da CS, porém no âmbito programático e tático, cujo resultado comprovará sua linha antitrotsquista.

A UNE apóia ou não apóia Itamar ?

O almoço do presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes) Lindbergh Farias, com Itamar Franco, revelou que a atual direção da entidade "não fará protesto contra o governo", conforme afirmou o próprio Lindbergh. A chamada "independência" da UNE em relação ao governo constitui-se de fato num "apoio crítico". Ou seja, a UNE fará manifestações contra atitudes do governo, mas não contra o governo. Será isso possível?

O que Lindbergh Farias não reconhece é que o governo Itamar é continuísta em relação ao Governo Collor. Não apenas isso, aprofunda aspectos da linha pró-imperialista, como por exemplo, permite a aquisição de 100% das ações das estatais em privatização pelo capital estrangeiro. E fará a Reforma Fiscal, que aumentará os impostos sobre os assalariados para continuar pagando os juros da Dívida Externa.

E qual era a linha de Collor para a Educação ? Privatização do ensino público, a começar pelas universidades. Itamar Franco não rompe com essa linha. Será que Lindbergh também ficará numa posição "independente" diante do ataque ao ensino público ?

A direção da UNE, controlada pelo PC do B, coloca-se a sustentar o governo entreguista. Desarma o movimento estudantil semeando a confusão de uma luta "contra os atos do governo, mas não contra o governo".

Cabe à UNE organizar o movimento nacional estudantil contra as privatizações, única forma de se enfrentar o sucateamento da escola pública e amadurecer as condições para o fim do sistema privado da educação. Qualquer concessão ao governo Itamar significa a reunificação à luta contra os planos neoliberais.

Leia os folhetos

"O impostor Moreno" de Guilherme Lora

" Resposta trotsquista à crise da LIT" da T.POR



## As lições da greve do ensino público estadual

A greve dos professores paulistas demonstrou que a unificação dos trabalhadores em educação com o funcionalismo é um dos meios para derrotar a ofensiva de Fleury. O isolamento de um setor em greve alimenta o governo para quebrá-lo. Foi o que ocorreu quando o Secretário da Educação buscou o apoio do CPP e Udemo para descontar os dias parados, exigir as reposições e não retirar as faltas dos prontuários.

Fleury joga com a divisão ao manter os reajustes diferenciados. A maior parte das direções do funcionalismo se apoia nessa política e faz a caça de migalhas através dos métodos das negociatas. O que é utilizado pelo governo para derrotar aqueles que se colocam em luta.

Não basta à diretoria da Apeoesp denunciar as falcatruas do CPP, Udemo, etc, é preciso que lance imediatamente uma campanha contra essas direções, que têm servido de braço do Estado no interior do magistério. A unidade na luta deve ser construída a partir das bases, para que estas possam rechaçar os métodos contrários aos dos trabalhadores e suas direções, que têm servido à política governamental.

Os lamentos da diretoria da Apeoesp não servem para varrer com a política desses pelegos encastelados nos aparelhos sindicais. Não é só no momento de greve que se denuncia os que se opõem à paralisação. Não é possível permitir que CPP e Udemo se coloquem contra a defesa do ensino público e gratuito e melhores condições de vida dos educadores.

A lição número um de nosso movimento grevista é o significado da unidade de todo

o funcionalismo para pôr fim à política de arrocho salarial, que particularmente na educação se materializa no sucateamento da escola pública.

Outra lição fundamental é a defesa dos métodos de ação direta. A ocupação da Praça da República foi um passo importante nesse sentido. Temos que avançar na construção de nossos próprios métodos de combate, que possibilitem quebrar a ofensiva privatista da educação.

Porém, o que calou fundo foi a suspensão do movimento grevista sem a negociação dos dias parados. Não é possível deixar nas mãos da diretoria, sem o respaldo dos trabalhadores mobilizados, a discussão com o governo dos dias parados. O resultado é repôr dia a dia e, ainda, ter desconto. Essa é uma lição que a classe já apreendeu. A tendência após o levantamento de uma greve é o governo não abrir negociação sobre as reivindicações que ficaram pendentes. E ainda utilizar a diretoria para assinaturas de "cartas de intenções", reprimindo aqueles que lutaram até o fim com reposições e fiscalizações.

Os salários permanecem arrochados, as condições de trabalho extremamente precárias e a "escola-padrão" uma mentira que não colou. O que significa preparar desde já os educadores contra Fleury e a política educacional do país. Não dá mais para enfrentar o governo com o movimento fragmentado, com as direções contrárias ao combate e com os métodos parlamentares de pressão (negociações com deputados). É hora de avançar na unidade, pois a desintegração da educação está em marcha.

## Congresso nacional dos Trabalhadores em Educação

### Para que CNTE?

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação é a forma organizativa de unificar o conjunto da classe a nível nacional. Após alguns anos de implantação, quase nada de concreto se avançou. Os educadores continuam divididos à mercê da política corporativista de suas direções.

O Plano de Luta que têm como objetivo materializar a unidade na prática não tem essa perspectiva. O que assistimos são os Estados desenvolvendo suas campanhas salariais e educacionais sem nenhum elo de ligação. Nesses dois anos, inúmeros Estados estiveram em greve, mas nada foi proposto para unificá-las.

Se, por um lado, os governos estaduais têm exercido a mesma política de arrocho salarial e destruição da escola pública, de outro, a resposta da Entidade Nacional (CNTE) se mantém fragmentada. Enquanto a classe estiver dividida, mais fácil será a derrota das lutas. Os exemplos são inúmeros, basta ver a greve ocorrida em SP.

A unificação é uma necessidade histórica dos trabalhadores para enfrentar a ofensiva dos patrões e governo. Por isso, defendemos a construção de organismos que sejam capazes de realizar a centralização das mobilizações, que partam do interior dos estados, mas que deverão se generalizar nacionalmente. A conquista das reivindicações, como o piso salarial de acordo com o salário mínimo real e os reajustes mensais de acordo com a inflação, requer uma ação unitária. Não será possível derrotar a política educacional do governo e de seus representantes estaduais sem a mobilização total do conjunto da classe a nível nacional. A atual gestão da CNTE atuou contra a classe ao não desenvolver a unificação das lutas.

Da mesma forma, a CNTE deverá expressar a independência frente ao Parlamento, partidos burgueses e reformistas para que ganhe a confiança dos trabalhadores. A política de pressão parlamentar para obter algumas migalhas a mais foi a tônica dessa diretoria. Quantas vezes estiveram nos gabinetes dos deputados para convencê-los na votação das emendas da LBD? O que se fez para que os trabalhadores em educação se mobilizassem por suas reivindicações? Essa política só tem trazido mais derrotas, descrenças e apoliticismo no seio da classe.

O Congresso da CNTE, que se realizará no início de janeiro, deverá fazer um balanço claro dessa política e traçar os rumos da Entidade. A independência e a democracia sindical devem ser o norte para tal avaliação.

Estaremos publicando as nossas propostas para o Congresso



## Uma assembléia dirigida pela política da conciliação

A assembléia dos professores municipais, convocada para discutir a campanha salarial, contou com a presença de 200 educadores. O arrocho salarial também atinge essa classe. A perda é de 190% e a prefeita Erundina ofereceu os míseros 20,86%. Mas nada de concreto foi aprovado para repor essas perdas salariais.

A direção do sindicato, Corrente Sindical Classista (PCdoB), fez a lacônica avaliação de que o quadro é de indisposição para a luta. Segundo a diretoria, os professores estão apáticos e não querem realizar nenhum movimento em defesa de suas reivindicações. A Articulação (petista) colocou que a classe obteve ganhos substanciais com a jornada integral e, portanto, se encontra satisfeita. A Convergência Socialista, com seu eleitoralismo costumeiro, acabou defendendo um ato em apoio à candidatura de Suplicy, com o compromisso de estar discutindo em tal manifestação as reivindicações da categoria.

Uma assembléia inúcia, pois as direções se manifestaram contrárias em reverter o quadro imobilista que permeia a classe. Estavam todos muito preocupados com a eleição e, por isso, não poderiam realizar nada que ferisse a prefeitura petista. Essa é mais uma demonstração do colaboracionismo classista de nossas direções.

Os professores deverão fazer um balanço dessa assembléia e se posicionarem contrários à conduta das direções. Com tamanho arrocho salarial não é possível que a classe esteja contente.

## A mais longa greve da PUC

Uma greve de professores e funcionários da Universidade Católica de SP por uma simples reposição salarial se alongou por mais 55 dias. Trouxe à tona o problema político da autonomia universitária. Pela primeira vez, uma reitoria eleita diretamente por professores, funcionários e estudantes é desautorizada pela Fundação São Paulo, de responsabilidade da Cúria Metropolitana da Igreja Católica, a assinar o acordo trabalhista.

Este fato fez com que o acordo realizado depois de 15 dias de greve fosse anulado e o movimento obrigado a resistir contra a inflexibilidade patronal da Fundação. Ficou demonstrada a farsa das eleições diretas para reitor e da tão decantada autonomia universitária da PUC. A intervenção da Fundação revelou onde está o verdadeiro poder universitário. Expôs claramente o papel limitado da Reitoria eleita.

Ao mesmo tempo que o conflito grevista mostrou o impasse, a luta dos estudantes contra a tentativa de altos reajustes das mensalidades acabou de completar o quadro de contradições da escola privada. Evidenciou que a PUC não tem como sobreviver senão arrochando os salários e taxando violentamente as mensalidades.

### As contradições do movimento

Embora se tenha evidenciado que a solução da crise financeira da PUC depende de fechamento de cursos, demissão de professores e funcionários, arrocho salarial e expulsão dos estudantes mais pobres, o movimento unitário dos três setores não conseguiu evoluir para a defesa da única solução progressiva, que é a da transformação da PUC em universidade pública e gratuita, através de sua estatização sem indenização pelo governo. A colocação desta resposta, que transcende a limitada reivindicação salarial, ainda não encontrou eco, mas sem dúvida começou a sensibilizar as lideranças estudantis.

Outra posição contraditória é a da defesa da autonomia universitária desvinculada do ensino público e gratuito. A própria intervenção da Fundação comprova que não basta se eleger uma Reitoria pelo processo formal do voto. A verdadeira autonomia significa o controle tripartite dos estudantes, funcionários e professores da universidade. Isto é inviável numa universidade de propriedade particular, enquanto que na escola estatal a autonomia se refere à total independência da escola frente ao próprio Estado e qualquer instituição da burguesia.

Outro problema central da greve foi quanto à sua resistência em ultrapassar os muros da Monte Alegre e se projetar nas ruas, como forma de levar o problema para o seio da população trabalhadora e denunciar o papel liquidacionista do ensino, cumprido pela Igreja Católica proprietária.

Dado que a greve ainda continua, faremos um balanço completo no próximo número do jornal Massas.

## Fundação USP: Privatização às escondidas

A criação da Fundação USP faz parte da política privatista do governo Fleury. Depois de iniciar a privatização dos serviços públicos, como Sabesp e Telesp, agora investe contra o ensino público. A Fundação USP foi criada para captar recursos junto às empresas privadas, que em troca receberiam resultados provenientes das pesquisas feitas na Universidade. Assim, os grupos econômicos poderão ir controlando a pesquisa universitária, de acordo com seus interesses (e não com os da comunidade e da população que paga impostos e sustenta a USP). O que virá depois? Cortes nas verbas, aumento do papel da Fundação na captação de recursos para a Universidade e, finalmente, a privatização não só da pesquisa, mas também do ensino, declaradamente, com cobrança de mensalidade.

A traição de representantes discentes como Paulo Bliks-

tein, do Grêmio da Poli, que passou por cima da decisão do Conselho de Centros Acadêmicos e tem integrado o Conselho da FUSP visa viabilizar a efetivação da manobra privatista, sob o argumento da necessidade de democratização da Fundação. O fato é que não se trata apenas de uma questão de proporcionalidade. A Fundação tem um objetivo, e não há meio termo: ou se defende o ensino público e gratuito e se combate sua implementação ou se apoia a privatização imediata da pesquisa (e futura do ensino), ajudando a Reitoria a efetivar os convênios com os grupos econômicos e subordinando a pesquisa aos seus interesses.

Que a UNE, o DCE e os Centros Acadêmicos promovam debates e realizem uma campanha contra a Fundação USP e em defesa do ensino público e gratuito para todos.



## 14º Congresso do PC Chinês rumo à restauração capitalista

O Partido Comunista Chinês realizou no último dia 19 de outubro o seu 14º Congresso. O resultado foi a aprovação das teses de reformas econômicas pró-capitalistas defendidas pelo líder Deng Xiaoping, colocadas em prática desde a última década. As reformas pró-capitalistas na China estão num grau bem mais avançado que na ex-URSS, pois já colocaram sob controle privado quase metade da economia chinesa. Entretanto, o regime político continua sob controle da cúpula burocrática do Partido.

O que se conseguiu com as reformas foi um crescimento no PIB de nada menos que 280% em dez anos. Isso às custas da passagem do controle de metade da economia para o capital, principalmente estrangeiro, do desemprego de 2,5% da população economicamente ativa (a China tem mais de 1 bilhão de habitantes), do crescimento do déficit público e da inflação.

As declarações de dirigentes chineses de que: "Temos que permitir e encorajar áreas e indivíduos que fiquem ricos primeiro, para que mais áreas e mais indivíduos façam o mesmo" mostra o conteúdo da política da burocracia chinesa: estimular o capitalismo, sob controle e para benefício da burocracia, com a colaboração do imperialismo (5 bilhões em investimentos estrangeiros só no último ano) e reprimir duramente as manifestações contrárias da maioria que não "prosperará" e sofrerá com o desemprego. Para isso, se reforçará o orçamento militar para ganhar mais apoio do exército e garantir a repressão política.

Se no Leste e na ex-URSS o caminho da restauração utilizado foi a glasnost que expôs as fissuras do interior da burocracia e deu lugar à ditadura pró-capitalista de Yeltsin, bem como a poderosas tendências à guerra civil, na China o método é o da manutenção da ditadura burocrática e repressiva.

Os chineses ainda conseguem manter uma relativa unidade interburocrática, baseada num acordo entre conservadores e reformistas. Um acordo que só se mantém devido ao relativo crescimento econômico e que tende a desabar com o esgotamento da atual política econômica, que certamente virá por imposição do mercado mundial.

O futuro da China não será nada promissor com o avanço no rumo do capitalismo. Somente colocando a economia de volta ao controle das massas será possível enfrentar a crise mundial. Para isso, é preciso varrer com ambas as alas da burocracia através da Revolução Política.

## Um ataque feroz contra os operários ingleses

O governo britânico decidiu fechar 31 minas de carvão e demitir cerca de 30 mil operários. A queda no consumo é a causa alegada: em 1985, o consumo era de 85 milhões de toneladas ao ano. Este ano, será de 65 milhões e no ano que vem, de 40 milhões. O motivo da queda no consumo é a recessão. Contribui para a queda do consumo o subsídio dado pelo governo às usinas nucleares ou as movidas a gás.

Os mineiros têm protestado contra a medida, mas sofrem com a perda de força do sindicato dirigido pela burocracia pró-atronal do trabalhismo, que teve o número de associados reduzido de 170 mil filiados em 85 para 41 mil hoje, e com a repressão do governo. Assim mesmo, a grande manifestação de rua obrigou o governo britânico a reduzir as demissões de 30 mil para 7 mil. Porém, trata-se de uma concessão momentânea.

A crise na economia inglesa e europeia tende a se agravar ainda mais: a indústria automobilística começará a ser "modernizada", para competir com as japonesas. Calcula-se que cerca de 150 mil operários perderão o emprego na Europa se for atingido o mesmo grau de produtividade das fábricas ja-

ponesas. Como os preços dos carros europeus estão de 33 a 45% mais caros que os japoneses, há uma tendência objetiva de que as demissões se efetivem até o ano 2000, quando as restrições às importações cessarão.

A modernidade capitalista significa, diante da incapacidade para ampliar o mercado mundial e superar a recessão, o aumento das demissões e do exército de desempregados, com o conseqüente rebaixamento de salários e, portanto, agravamento da recessão. O crescimento de um punhado de grandes grupos capitalistas com a automação e aumento da produtividade se dá às custas do aumento da miséria da população mundial (nem os Estados Unidos escapam da mesma: já chega a 30 milhões o número de miseráveis na maior potência imperialista).

O capitalismo se mostra um sistema caduco, que tende a levar a humanidade para a destruição. Somente a quebra da propriedade privada dos meios de produção e a elevação das condições de vida da população mundial pode criar as condições para o avanço das forças produtivas. É isso o que fará a Revolução Proletária.

## Ditadura pró-capitalista na Rússia

O aprofundamento da crise econômica na Rússia, com alta de 5,5% na inflação semanal, desabastecimento e queda na produção colocam o governo de Boris Yeltsin em bancarrota. O Congresso do Povo, composto de maioria oposicionista, pretende limitar as reformas econômicas, colocando-as sob rígido controle estatal, e ampliar sua parcela de poder no governo. A ameaça depor Yeltsin caso não atenda suas exigências.

A resposta de Yeltsin foi a de criar um Conselho dos Chefes das Repúblicas, com o objetivo de marginalizar ainda mais o legislativo. Pretende prosseguir ainda mais rapidamente com as reformas pró-capitalistas.

A oposição a Yeltsin é formada por ex-estalinistas e nacionalistas. O que os une de fato é a busca de maior participação no interior do poder do Estado. Por isso, já está em negociação um acordo que prevê a substituição de ministros (pelo menos os do Comércio Exterior e da Economia, hoje os mais importantes), sem no entanto afastar o primeiro-ministro Yegor Gaidar, portanto sem alterar substancialmente a política pró-imperialista.

Yeltsin procura manter seus poderes extraordinários de gover-

nar por decreto, mas já foi derrotado na proposta de adiar a sessão do Congresso do Povo para março. Caso não atenda as reivindicações oposicionistas, pode perder parcela do poder na sessão de dezembro.

As tentativas de endurecimento do regime político corresponde ao agravamento da crise econômica pelas reformas capitalistas. Mas a oposição existente não se constitui em alternativa real à crise, pois não rechaça a reintrodução do capitalismo. Ao contrário, constitui-se basicamente de forças restauracionistas.

A saída da crise na Rússia e ex-URSS depende da defesa das conquistas da Revolução Russa e da reconstrução do poder e controle operário sobre a economia, assim como do avanço da Revolução a nível mundial. A volta ao sistema capitalista só poderá significar a ampliação da miséria a níveis genocidas.

As manifestações de descontentamento dos operários contra o esmagamento de suas condições de vida é a via de ruptura com as alas da burocracia restauracionista. Trata-se de construir o partido da IV Internacional, para desenvolver a revolução política.